



FUNDAÇÃO  
JOÃO PINHEIRO

Fundação João Pinheiro  
Concurso Público 01/2026

# CADERNO DE PROVA

## GESTOR EM ATIVIDADES DE PESQUISA E ENSINO - ADMINISTRAÇÃO

### INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas e 1 (uma) Proposta de Redação. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

#### PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 50 questões
- 4 alternativas

#### PROVA DE REDAÇÃO

- 01 proposta de redação

#### TEMPO DE PROVA

- 4 horas
- Saída permitida somente após 2 horas de prova
- O candidato só poderá levar este Caderno após 3 horas de prova

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta e da Folha Definitiva da Prova de Redação.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Ao concluir estas provas, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e a Folha Definitiva da Prova de Redação.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

#### RASCUNHO PARA GABARITO

01	06	11	16	21	26	31	36	41	46
02	07	12	17	22	27	32	37	42	47
03	08	13	18	23	28	33	38	43	48
04	09	14	19	24	29	34	39	44	49
05	10	15	20	25	30	35	40	45	50

## POLÍTICAS PÚBLICAS

**Questão 01.** No estudo das políticas públicas, o ciclo de formulação, execução e análise das ações governamentais é composto por diferentes etapas interdependentes. Entre elas, a fase de implementação ocupa papel central na dinâmica administrativa do Estado, sendo amplamente discutida pela literatura em razão de sua complexidade institucional e operacional. Nesse contexto, essa fase caracteriza-se por:

- (A) Constituir-se como um fluxo administrativo e vertical, no qual a execução segue mecanicamente as diretrizes fixadas na formulação.
- (B) Consolidar-se como a etapa final do ciclo, tornando a avaliação de resultados uma ferramenta redundante diante da observação direta da execução.
- (C) Consistir no momento em que planos e objetivos são transformados em realidade, dependendo da ação de burocratas e instrumentos estatais.
- (D) Operar de forma isolada das pressões políticas, dado que o conteúdo substantivo da política é atingido antes do início da execução.

**Questão 02.** A literatura contemporânea sobre análise de políticas públicas propõe uma superação da visão dicotômica tradicional entre o "decidir" e o "fazer". Com base nos pressupostos analíticos que tratam da cadeia decisória e da complexidade institucional, analise as assertivas, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- ( ) As deliberações ocorridas durante o processo de implementação possuem natureza técnica, sendo desprovidas de caráter político ou capacidade de alterar o conteúdo substantivo da política formulada.
- ( ) A formulação e a implementação configuram-se como etapas sucessivas, delimitadas por uma barreira hierárquica que assegura a integridade do planejamento frente à execução.
- ( ) O resultado da implementação é influenciado por um arranjo complexo que vai além das normas formais, incluindo a cultura nacional, os valores sociais e as características individuais dos agentes.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – F.

**Questão 03.** A análise de políticas públicas avançou na compreensão de que a fase de execução não é um processo mecânico, mas um estágio crítico em que a política ganha contornos reais. Nesse cenário, o papel da burocracia implementadora e as condições das instituições locais tornam-se variáveis para o alcance dos objetivos sociais. Sobre a dinâmica de implementação e seus impactos, analise as assertivas:

- I. A efetividade da implementação está ligada à variedade de condições e capacidades técnicas existentes nos níveis locais e regionais de governo.
- II. A forma como a política é operacionalizada na ponta pode tanto mitigar quanto reproduzir estereótipos e desigualdades sociais preexistentes.
- III. O desenho institucional de uma política pública é uma ferramenta neutra que visa a organização de recursos, sem integrar expectativas de gerar comportamentos específicos nos agentes.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

**Questão 04.** No campo de análise de políticas públicas, o estudo dos obstáculos à concretização das diretrizes governamentais divide-se em diferentes lentes teóricas. Enquanto o Modelo Comunicacional atribui as falhas de implementação a ruídos na transmissão de informações e déficits de competência técnica, o Arcabouço do Regime de Implementação desloca o diagnóstico para:

- (A) A baixa qualificação gerencial da burocracia de médio escalão responsável pela tradução das normas centrais.
- (B) A natureza jurídica dos entraves, que poderiam ser resolvidos através da simplificação normativa e da desburocratização dos processos.
- (C) O desafio de institucionalizar a cooperação e mediar conflitos de interesse entre atores que possuem autonomia política e agendas divergentes.
- (D) A precariedade dos sistemas de monitoramento digital e a ausência de interoperabilidade entre as bases de dados dos entes federados.

**Questão 05.** No contexto da implementação de políticas públicas, a capacidade de adaptação das ações estatais às particularidades sociais, econômicas e territoriais é considerada elemento essencial para a efetividade governamental. Quando há um distanciamento acentuado entre os serviços ofertados pelo Estado e as necessidades da população local, dificultando a construção de respostas ajustadas às dinâmicas do território e comprometendo a articulação entre poder público e sociedade, configura-se um cenário de:

- (A) Vulnerabilidade institucional.
- (B) Incrementalismo administrativo.
- (C) Convergência deliberativa interfederativa.
- (D) Estabilização sistêmica de governança.

### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

**Questão 06.** Considere que as proposições **Todo gestor é líder** e **Algum gestor é técnico** são premissas verdadeiras de um plano de cargos. No campo da lógica de predicados e diagramas de conjuntos, essa estrutura implica que uma terceira afirmação deve ser necessariamente verdadeira para manter a coerência do conjunto. Analisando as intersecções entre os conjuntos de gestores, líderes e técnicos, qual das alternativas abaixo apresenta uma dedução que NÃO admite contestação lógica dentro desse cenário?

- (A) Todo líder é técnico.
- (B) Todo técnico é líder.
- (C) Algum líder é técnico.
- (D) Algum técnico não é líder.

**Questão 07.** O cronograma financeiro de uma obra segue uma progressão aritmética. Sabe-se que a soma dos gastos do segundo e do quarto mês totaliza R\$ 500.000,00, enquanto o gasto do sexto mês isoladamente foi de R\$ 370.000,00. O diretor financeiro precisa prever o desembolso total para o primeiro semestre (6 meses). Utilizando as propriedades das somas de termos de uma progressão aritmética e as relações de posição, qual é o valor total que a fundação deverá empenhar para cobrir os custos do primeiro ao sexto mês?

- (A) R\$ 1.560.000,00.
- (B) R\$ 1.440.000,00.
- (C) R\$ 1.380.000,00.
- (D) R\$ 1.620.000,00.

**Questão 08.** Uma progressão geométrica infinita modela a depreciação de equipamentos. O valor inicial é R\$ 60.000,00 e, após um ano, o valor cai para R\$ 40.000,00. Se a razão de depreciação (relação entre um ano e o anterior) se mantiver constante, considerando a soma dos valores assumidos pelo bem desde sua aquisição até tender teoricamente a zero, qual será o valor total dessa série geométrica?

- (A) R\$ 120.000,00.
- (B) R\$ 180.000,00.
- (C) R\$ 150.000,00.
- (D) R\$ 200.000,00.

**Questão 09.** Em um sistema de segurança, a condição de acesso é dada pela proposição:

$$(P \wedge Q) \leftrightarrow (P \vee Q)$$

Um engenheiro precisa simplificar essa regra para otimizar o processamento. Ao analisar a tabela-verdade dessa bicondicional, ele percebe que o acesso só é liberado em situações específicas. Para quais valores lógicos de P e Q a regra de acesso resulta em um valor VERDADEIRO, permitindo que o usuário entre no sistema de gestão de informações?

- (A) Somente quando P e Q forem ambos falsos ou ambos verdadeiros.
- (B) Somente quando P e Q tiverem valores lógicos diferentes.
- (C) Quando P for verdadeiro, independentemente do valor de Q.
- (D) Quando Q for falso, independentemente do valor de P.

**Questão 10.** Dadas as premissas:

- I. "Se Paulo é analista, então Ana é coordenadora".
- II. "Ana não é coordenadora ou Beatriz é diretora".
- III. "Beatriz não é diretora".

No contexto de uma reorganização, qual das alternativas a seguir apresenta a conclusão CORRETA que se obtém através da aplicação rigorosa das regras de dedução da lógica proposicional?

- (A) Paulo é analista.
- (B) Ana é coordenadora.
- (C) Ana é coordenadora e Paulo é analista.
- (D) Paulo não é analista.

### UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

**GESTÃO DE PROCESSOS E PROJETOS**

**Questão 11.** Na gestão de processos, indicadores são formas de representação quantificável de características de produtos e processos, utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo. A partir dessa premissa, analise os conceitos abaixo descritos:

*São os indicadores responsáveis pela medição da proporção de recursos consumidos com relação às saídas dos processos.*

*São os indicadores responsáveis por focalizar as consequências dos produtos/serviços, ou seja, "fazer a coisa certa da maneira certa".*

*São os indicadores responsáveis por focalizar as medidas de satisfação do público-alvo e as características do produto/serviço.*

Qual das alternativas apresenta os tipos de indicadores detalhados nos conceitos acima, respectivamente na ordem em que aparecem, ou seja, de cima para baixo?

- (A) De qualidade; de produtividade; de efetividade.
- (B) De produtividade; de efetividade; de qualidade.
- (C) De efetividade; de qualidade; de produtividade.
- (D) De produtividade; de qualidade; de efetividade.

**Questão 12.** Pode-se afirmar que assim como as organizações necessitam de uma pessoa responsável pelo cumprimento de seus objetivos, o projeto também tem a mesma necessidade. Um gerenciamento de projetos eficaz exige que a equipe de gerenciamento de projetos entenda e use o conhecimento e as habilidades de outras áreas de especialização, como as presentes em quantos dos seguintes itens? **I.** Conhecimento, normas e regulamentos da área de aplicação; **II.** Habilidades interpessoais; **III.** Conhecimento e habilidades de gerenciamento geral; **IV.** Entendimento do ambiente do projeto.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 4.

**Questão 13.** A sequência de fases que vão do começo ao fim de um projeto é entendida como sendo o ciclo de vida desse projeto. Há diferentes tipos de ciclos de vida de projetos, dependendo da área de negócio ou das preferências da organização. Entretanto, o ciclo de vida geralmente apresenta características como as expressas nas afirmações abaixo. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta informação considerada como INCORRETA.

- (A) A influência das partes interessadas, salvo os riscos e as incertezas, é maior durante o início do projeto.
- (B) A crescente de custo e pessoal começa a se encerrar a partir da fase de execução dos trabalhos.
- (C) Tempo e custo de pessoal podem ser eixos de um gráfico do ciclo de vida do projeto.
- (D) Os níveis de custo e de pessoal são baixos no início.

**Questão 14.** Analise o texto a seguir:

*A utilização de metodologia permite a padronização da forma de gerenciar os projetos, alinhando os processos de trabalho e criando a documentação adequada. A utilização dessa prática permite obter melhor governança, o que reflete em aumento da eficácia, eficiência, efetividade, produtividade e maior dependência dos indivíduos, aumentando a retenção do conhecimento na organização.*

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que apresenta somente informações verdadeiras.
- (B) Parcialmente adequado, visto que a utilização de metodologia promove a extinção da padronização da forma de gerenciar os projetos.
- (C) Parcialmente adequado, visto que a utilização de metodologia permite menor dependência dos indivíduos.
- (D) Parcialmente adequado, visto que eficácia e eficiência não se relacionam com o uso de metodologias.

**Questão 15.** O ciclo \_\_\_\_\_ ou ciclo de Shewhart é um método gerencial de tomada de decisão que constitui elemento basilar do sistema de gerenciamento pela \_\_\_\_\_. De acordo com essa perspectiva, todas as ações da organização deverão ter como orientação básica o cumprimento do referido ciclo. É um instrumento de gestão aplicável a \_\_\_\_\_ processo(s) organizacional(is).

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) PDCA; quantidade; alguns.
- (B) DMAIC; qualidade; alguns.
- (C) PDCA; qualidade; qualquer.
- (D) MASP; quantidade; qualquer.

### CONTRATOS E LICITAÇÕES

**Questão 16.** É fato que o contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responde pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Nesse ínterim, surge a importante figura dos fiscais de contrato. A partir disso, analise as alternativas e assinale a que apresenta informação INCORRETA.

- (A) O fiscal do contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- (B) O contratado deve manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, o qual é considerado como um dos fiscais da Administração relativamente ao contrato.
- (C) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados.
- (D) O fiscal do contrato deve ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**Questão 17.** Com base na Lei nº 14.133/2021, afirma-se que poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedada à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, o previsto em quantos dos seguintes itens? **I.** Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos; **II.** Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado; **III.** Demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; **IV.** Prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 3 deles.
- (D) Todos os 4.

**Questão 18.** A legislação de licitações, especificamente a Lei nº 14.133/2021, afirma que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a, por exemplo:

- I.** Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- II.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- III.** Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.

**Questão 19.** Considere três empresas que participam de procedimentos licitatórios, durante a etapa de julgamento. A primeira apresentou proposta com preço considerado inexequível, e assim foi comprovada por diligência do pregoeiro; a segunda apresentou desconformidade com exigência do edital, julgada sanável; e a terceira teve sua exequibilidade demonstrada, quando foi exigida pela Administração. A partir disso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação CORRETA acerca da classificação ou desclassificação dessas empresas, com base na Lei nº 14.133/2021.

- (A) Todas as empresas foram devidamente desclassificadas, conforme previsto em legislação.
- (B) Somente uma das empresas foi desclassificada, visto que as demais situações não constam como impedimentos para classificação.
- (C) Tanto a primeira empresa quanto a segunda foram desclassificadas, sendo que a desconformidade, mesmo que sanável, não deve prosperar.
- (D) Tratando-se de situações que são facilmente solucionáveis, as três empresas permaneceram nas licitações, sendo julgadas classificadas.

**Questão 20.** Por mais plurais que podem ser os motivos para extinção de contratos, a Lei nº 14.133/2021 apresenta algumas previamente definidas, como atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou a impossibilidade de liberação dessas áreas. Nesse sentido, quantos dos seguintes itens apresentam outras hipóteses de extinção? **I.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; **II.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; **III.** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; **IV.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 4.

**Questão 21.** Considerando a nulidade dos contratos, tem-se que a declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até:

- (A) Doze meses, não prorrogável.
- (B) Seis meses, prorrogável uma única vez.
- (C) Doze meses, prorrogável uma única vez.
- (D) Seis meses, não prorrogável.

**Questão 22.** Sabe-se que a pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos, e bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração. A partir disso, com base na Lei nº 14.133/2021, analise as alternativas e assinale a que apresenta informação INCORRETA.

- (A) A pré-qualificação poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.
- (B) Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços da Administração.
- (C) A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.
- (D) Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade de cinco anos, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo.

**Questão 23.** Analise o texto que segue, com base na Lei nº 14.133/2021:

*O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade de licitação e sistema de registro de preços, deverá ser instruído com documentos, como o documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.*

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que está de acordo com a legislação vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o sistema de registro de preços não é, por si só, um processo de contratação direta.
- (C) Parcialmente adequado, visto que o documento de formalização de demanda é usual apenas para procedimentos licitatórios.
- (D) Plenamente inadequado, visto que em nada está de acordo com a legislação vigente.

**Questão 24.** Analise as assertivas que seguem, com base na Lei nº 14.133/2021.

- I. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- II. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.
- III. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, mas não poderá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas II.

**Questão 25.** A legislação atual acerca de contratos administrativos traz que os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Ainda:

- I. Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- II. Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.
- III. Será admitida, a partir da vigência da Lei nº 14.133/2021, unicamente a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.

## ÉTICA, INTEGRIDADE E RESPONSABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

**Questão 26.** No que diz respeito à fundamentação etimológica do termo *ethos* e à sua aplicação na compreensão da ética como um fenômeno social e humano, analise as partes que seguem:

**(1ª parte):** *A morada humana (ethos) é um abrigo contra as ameaças do mundo natural, construída a partir da reflexão racional sobre os desafios da sobrevivência.*

**(2ª parte):** *A ética pode ser definida como um conjunto de normas e valores consolidados por uma tradição, sendo transmitidos e reforçados socialmente.*

**(3ª parte):** *Os valores, como segurança e beleza, são finalidades que orientam a ação consciente do indivíduo na construção de seu ethos.*

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

**Questão 27.** A aversão ou o sentimento negativo que parcela considerável da sociedade nutre em relação à política pode ser explicado, sob a ótica da filosofia política, por uma de suas características intrínsecas. Esse fenômeno ocorre primordialmente por que:

- (A) A atividade política abdica da ponderação sobre valores morais e méritos da ação, focando-se apenas na gestão técnica de recursos públicos.
- (B) A política é um processo burocrático e introspectivo, cujas deliberações carecem de visibilidade ou impacto prático na vida coletiva.
- (C) A necessidade de ação conjunta em grandes grupos anula a racionalidade individual, transformando a política em um processo casual.
- (D) A política compreende, além da busca pelo bem comum, a disputa pela conquista e manutenção do poder, o que gera tensões e comportamentos nem sempre apreciáveis sob o prisma ético.

**Questão 28.** No exercício da função pública, a conduta ética é balizada por diferentes categorias de normas que orientam o agir do agente. No que tange à distinção técnica entre regras imperativas e regras constitutivas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As regras imperativas detêm a função de instruir o servidor sobre os procedimentos técnicos de otimização da tarefa, suprimindo a ausência de manuais práticos.
- (B) As regras constitutivas operam por meio de ordens e proibições diretas, partindo da premissa de que o destinatário da norma já possui o domínio técnico necessário para a execução do comando.
- (C) As regras imperativas estabelecem o que deve ou não ser feito, ao passo que as regras constitutivas funcionam como guias de orientação, indicando como realizar ou construir algo de forma eticamente adequada e politicamente justa.
- (D) As regras constitutivas, diferentemente das imperativas, visam a eliminação de quaisquer limites ou caminhos pré-estabelecidos, conferindo ao agente autonomia para agir sem o suporte de procedimentos tradicionais.

**Questão 29.** A noção de cidadania no Estado contemporâneo é o resultado de um processo histórico de acumulação de direitos e de expansão da participação popular. Sobre a classificação e a evolução dos direitos civis, políticos e sociais, analise as assertivas a seguir:

- I. Os direitos civis, como a liberdade de expressão e o direito de ir e vir, constituem a base inicial da cidadania moderna, fundamentada na igualdade perante a lei.
- II. A conquista de direitos políticos permite que o cidadão determine, por meio do sufrágio, quem exerce o poder no Estado, além de possibilitar o controle e a fiscalização da atuação dos representantes eleitos.
- III. No Estado Contemporâneo, a participação política tornou-se irrelevante após a consolidação do império da lei, uma vez que as demandas dos cidadãos passaram a ser atendidas de forma automática pelas instituições burocráticas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**Questão 30.** O relativismo ético, ao constatar a pluralidade de costumes e valores entre diferentes povos, levanta o questionamento sobre a existência de normas universais. No entanto, a transição da moralidade para a Ética como disciplina filosófica buscou estabelecer critérios que superassem o subjetivismo absoluto. A respeito desse debate, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O relativismo ético é considerado problemático porque, se "tudo vale", perde-se a capacidade de possuir normas coletivas que guiem a conduta social.
- (B) A tentativa de fundamentar a ética na razão simplificou o debate filosófico, eliminando a necessidade de discutir conceitos complexos como responsabilidade e bem.
- (C) A ética normativa é a vertente que busca dar conteúdo às noções de ações corretas, sendo uma das áreas de estudo nas quais a Ética se divide atualmente.
- (D) O surgimento da Ética na Grécia Antiga foi uma resposta direta ao problema da diversidade de éticas sociais e à necessidade de encontrar critérios racionais de conduta.

## DIREITOS HUMANOS

**Questão 31.** Um adolescente de 16 anos foi apreendido por ato infracional. Durante a custódia, as autoridades decidem mantê-lo em uma cela comum com adultos, alegando falta de vagas em centros especializados. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, a pessoa com menos de 18 anos privada de liberdade deve ser separada dos \_\_\_\_\_, a menos que se considere que o interesse superior da criança aconselhe o contrário, e tem o direito de manter contato com sua \_\_\_\_\_ por meio de correspondência e visitas.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) Estrangeiros / escola.
- (B) Infratores graves / esposa.
- (C) Adultos / família.
- (D) Policiais / defesa técnica.

**Questão 32.** Uma associação de moradores de uma comunidade periférica entra com uma representação exigindo que o Estado garanta o acesso à educação básica e ao atendimento de saúde, alegando que a ausência desses serviços viola compromissos internacionais. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, analise as assertivas abaixo:

- I. Os Estados-Partes reconhecem o direito de toda pessoa à educação.
- II. O direito à saúde implica o gozo do mais alto nível possível de saúde física e mental.
- III. Os direitos econômicos e sociais devem ser implementados de forma imediata e integral, independentemente dos recursos disponíveis do Estado.

Estão CORRETAS:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

**Questão 33.** Um servidor público de uma instituição estadual é investigado por solicitar vantagem indevida para agilizar o resultado de uma estatística oficial que favorecerá uma empresa privada. De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Mérida), são medidas previstas para combater a corrupção:

- 1. A promoção da integridade, obrigação de render contas e a gestão adequada dos assuntos e bens públicos.
- 2. A criminalização do suborno de funcionários públicos nacionais.
- 3. A concessão de imunidade para funcionários de alto escalão em casos de desvio de verbas.

Estão CORRETAS:

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 1 e 3, apenas.
- (C) 2 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

**Questão 34.** Joana, cidadã estrangeira e trabalhadora migrante em situação regular no Brasil, busca auxílio jurídico, pois a organização onde trabalha paga a ela um salário 20% menor do que aos colegas brasileiros que exercem a mesma função, alegando que ela não possui os mesmos direitos trabalhistas por ser imigrante. De acordo com a Convenção 97 da OIT (Trabalhadores Migrantes), é CORRETO afirmar que:

- (A) O Brasil pode estabelecer remunerações diferenciadas baseadas na nacionalidade para proteger o mercado de trabalho interno.
- (B) O Brasil deve aplicar aos imigrantes que se encontram legalmente um tratamento não menos favorável do que o aplicado aos seus próprios nacionais em matéria de remuneração.
- (C) A igualdade de tratamento em matéria salarial é obrigatória se houver reciprocidade diplomática entre o Brasil e o país de origem de Joana.
- (D) A Convenção 97 trata de condições de higiene e segurança, não interferindo na autonomia privada das tabelas salariais das empresas.

**Questão 35.** Considere o caso de um jornalista que foi detido por publicar críticas à gestão financeira de uma autarquia estadual. O Estado alega que a medida é necessária para manter a ordem pública. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) Ninguém poderá ser submetido a detenção ou prisão arbitrárias.
- ( ) Toda pessoa tem direito à liberdade de expressão, mas este direito pode sofrer restrições legais para assegurar o respeito aos direitos ou à reputação de outrem.
- ( ) Em caso de prisão, o indivíduo não tem o direito de ser informado, no momento da prisão, sobre as razões que a motivaram.
- ( ) Qualquer pessoa vítima de prisão ou detenção ilegal tem direito a reparação.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – V – F.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 36.** Suponha que, ao gerir o orçamento de um órgão público, um servidor verifica que uma regra vigente permite a contratação de consultoria em situações de urgência, critério que ele pretende utilizar para contratar um antigo parceiro de negócios. Embora o procedimento respeite a forma prevista no regulamento, ele nota que o desfecho fere a distinção fundamental entre a esfera estatal e os interesses particulares, pilar do modelo burocrático profissional.

Ao analisar o conflito entre a obediência formal à norma e a integridade da função, o sopesamento entre legalidade e moralidade administrativa demonstra que:

- (A) A legalidade formal exige o gestor de julgamentos morais, bastando que o ato encontre amparo no texto da regra posta.
- (B) A moralidade administrativa é um valor extralegal que não possui o poder de invalidar atos que cumpram os ritos legais.
- (C) A moralidade impõe que a legalidade seja exercida em harmonia com o interesse público e a impessoalidade da conduta.
- (D) A neutralidade técnica impede o sopesamento principiológico, devendo o agente limitar-se à aplicação literal da norma.

**Questão 37.** Ao observar que atividades hoje consideradas típicas do Estado, como a defesa externa e a arrecadação tributária, já foram realizadas por agentes privados no passado, constata-se que a distinção entre as esferas não possui uma natureza absoluta. Visto que essa separação resulta de um processo intelectual e prático voltado ao bem comum, depreende-se que a delimitação da área de atuação do poder público:

- (A) É móvel e depende de convenções coletivas que definem o que é de interesse comum em dado período histórico.
- (B) Fundamenta-se na soma de interesses individuais, garantindo a primazia da liberdade negativa sobre a lei.
- (C) Restringe-se a tarefas que são naturalmente públicas, mantendo-se fixa diante das mudanças sociais.
- (D) Vincula-se ao modelo patrimonialista, no qual o interesse do governante se confunde com o do Estado.

**Questão 38.** Uma Fundação Pública contratou uma consultoria para realizar um mapeamento socioeconômico regional. No entanto, o surgimento de novas demandas governamentais exigiu que a Fundação alterasse o escopo do projeto para incluir indicadores de saúde pública não previstos originalmente. Como a empresa alegou que o contrato não poderia sofrer mudanças sem o seu consentimento expresso, o gestor fundamentou sua decisão na assimetria jurídica entre o Estado e os particulares. Nesse cenário, a aplicação das prerrogativas estatais sobre o ajuste administrativo permite que a Fundação:

- (A) Extinga o vínculo sem indenização, visto que o interesse público anula qualquer direito ao lucro privado.
- (B) Modifique o estudo apenas com a anuência da empresa, pois o contrato iguala juridicamente os pactuantes.
- (C) Altere o ajuste de forma unilateral, ficando obrigada a compensar a empresa por eventuais prejuízos.
- (D) Preserve o escopo original intocado, sendo proibida a intervenção estatal em relações de cunho comercial.

**Questão 39.** A estruturação de um novo plano de carreira para determinado órgão público exige que o preenchimento de cargos permanentes priorize a profissionalização do quadro e a continuidade das atividades técnicas. Visto que tal planejamento deve respeitar os fundamentos do modelo burocrático de administração para assegurar a eficiência das carreiras, o ingresso de servidores para a composição dessas funções:

- (A) Baseia-se na livre nomeação pelo dirigente da unidade, priorizando-se o alinhamento ideológico e a agilidade.
- (B) Ocorre mediante indicação de notório saber, permitindo que a Administração escolha o profissional de sua preferência.
- (C) Dá-se por meio de processos seletivos simplificados, voltados ao atendimento de necessidades temporárias e urgentes.
- (D) Exige a aprovação em concurso público, visando assegurar a impessoalidade e a qualificação técnica do corpo funcional.

**Questão 40.** Constatando que o cumprimento rigoroso de ritos burocráticos tem impedido a entrega tempestiva de estatísticas importantes, o gestor de uma Fundação Pública propõe a adoção de controles baseados em resultados. Essa mudança visa assegurar que a estrutura administrativa não seja um fim em si mesma, mas um meio para satisfazer as necessidades da coletividade com qualidade. Nesse contexto de superação da rigidez procedimental, o sopesamento entre as normas e o princípio da eficiência:

- (A) Orienta a obtenção de melhores resultados sociais com o menor gasto possível, respeitando o ordenamento jurídico.
- (B) Confere ao agente o poder de dispensar formalidades legais para atingir metas de produtividade em situações críticas.
- (C) Vincula a validade do ato apenas à conformidade com o rito, sendo o resultado prático um aspecto de mérito irrelevante.
- (D) Exige que a prestação de serviços seja executada por entidades privadas, dada a incapacidade produtiva do Estado.

**Questão 41.** A crise fiscal e a complexidade social das últimas décadas impuseram a necessidade de o Estado brasileiro transitar de um modelo centralizador e burocrático para uma gestão orientada pela eficácia. Esse processo, impulsionado pela globalização e por inovações tecnológicas, exige que a Administração Pública abandone a obsessão pelo controle procedimental em favor de uma visão estratégica. Nesse contexto de modernização institucional, a nova forma de atuação do Estado:

- (A) Restabelece a exclusividade da oferta pública de bens para blindar a economia nacional contra interesses estrangeiros.
- (B) Amplia a rigidez normativa dos fluxos de trabalho para conter a imprevisibilidade trazida pela revolução digital.
- (C) Desloca-se da prestação direta para a coordenação e regulação, focando na entrega de serviços e no controle de metas.
- (D) Extingue a supremacia do interesse público para facilitar a integração total entre os capitais estatal e privado.

**Questão 42.** O surgimento do Estado moderno representa uma ruptura com as formas tradicionais de dominação, nas quais o exercício do poder era visto como um prolongamento da autoridade pessoal e do arbítrio do soberano. Esse processo de institucionalização administrativa exige que a gestão da coisa pública ocorra de forma impessoal e seja regida por normas racionais-legais. Sob essa perspectiva histórica, a consolidação da estrutura estatal moderna fundamenta-se em:

- (A) Subordinar a eficácia das leis civis aos preceitos religiosos, visando a manutenção da ordem via dogmas teocráticos.
- (B) Estabelecer a separação entre a esfera pública e a privada, desvinculando o patrimônio do Estado dos bens do governante.
- (C) Extinguir as hierarquias burocráticas, permitindo que a coletividade exerça o poder de mando sem mediação.
- (D) Fundir os interesses particulares dos gestores aos objetivos coletivos, legitimando o uso privado do erário nacional.

**Questão 43.** Para compor a alta gestão de uma Fundação Pública, o diretor decide recrutar um especialista externo para atuar como seu assessor estratégico. O profissional escolhido ocupará uma posição que exige estreita confiança e alinhamento com as diretrizes estratégicas do órgão, o que o diferencia dos técnicos de carreira. De acordo com os critérios de profissionalização e organização do setor público, esse tipo de vínculo:

- (A) Gera estabilidade automática após três anos de exercício, independentemente do desempenho demonstrado.
- (B) Fundamenta-se na livre nomeação e exoneração, possuindo natureza transitória e precária na Administração.
- (C) Restringe-se ao desempenho de tarefas meramente técnicas, sendo proibida a atuação em funções de comando.
- (D) Demanda aprovação em processo seletivo simplificado como condição para a efetivação no quadro permanente.

**Questão 44.** Um gerente operacional de um órgão público é confrontado com uma decisão que, embora tecnicamente viável, beneficia indiretamente um grupo com o qual possui afinidade ideológica. Ao refletir sobre os fundamentos da ética profissional no modelo burocrático de Administração, ele compreende que a sua conduta deve estar desvinculada de laços afetivos ou crenças subjetivas. Sob essa perspectiva institucional, a ética do servidor público:

- (A) Autoriza o uso do cargo para promover ideais de justiça social, ainda que estes contrariem as normas regulamentares.
- (B) Fundamenta-se na separação entre o público e o privado, exigindo neutralidade e o afastamento de convicções pessoais.
- (C) Resulta da aplicação de valores morais subjetivos, os quais devem refletir o senso comum da comunidade local.
- (D) Permite a fusão entre as virtudes privadas do gestor e os objetivos estatais para humanizar a prestação dos serviços.

**Questão 45.** Determinado pesquisador de uma Fundação Pública deixou de cumprir, por negligência, os prazos de entrega de um levantamento estadual, acarretando diversas implicações negativas ao órgão. Após o encerramento de um processo administrativo que garantiu a ampla defesa, a direção da Fundação aplicou ao servidor a penalidade de suspensão. Considerando a relação de sujeição especial do agente perante a instituição, o exercício da competência punitiva administrativa configura o:

- (A) Poder disciplinar, voltado à sanção de faltas funcionais cometidas por quem possui vínculo com a repartição.
- (B) Poder de polícia, cujo escopo é o condicionamento de condutas de particulares em prol do interesse público.
- (C) Poder hierárquico, que se destina à coordenação de órgãos e veda a punição de agentes internos na estrutura.
- (D) Poder vinculado, no qual a autoridade pune o servidor com base em critérios de conveniência e de valor.

**Questão 46.** Um diretor de uma Fundação Pública alertou sua equipe técnica de que a paralisação de um serviço obrigatório não consistia em uma opção administrativa tolerável, ressaltando que a omissão configuraria crime. Para garantir a transparência, ele determinou que cada chefe de setor elaborasse um relatório justificando suas decisões aos órgãos de controle e à própria sociedade.

Considerando a teoria que estrutura os deveres do gestor governamental, a imposição funcional de agir e a exigência de prestar contas derivam, respectivamente, da:

- (A) Escolha de conveniência no uso do poder discricionário e da busca constante pela melhor relação de custo-benefício.
- (B) Submissão estrita ao poder de polícia repressivo e da subordinação hierárquica em relação aos Tribunais de Contas.
- (C) Liberdade negativa assegurada aos agentes estatais e da aplicação do princípio da eficiência com foco no resultado.
- (D) Dicotomia clássica entre o Direito Público e Privado e da junção dos princípios da publicidade e responsabilidade.

**Questão 47.** O papel do servidor estável de uma Fundação Pública na validação de dados censitários exige que o rigor técnico prevaleça sobre inclinações individuais, garantindo a fundamentação técnica das políticas governamentais. Ainda que o rigor desse levantamento contrarie suas convicções ideológicas pessoais, o servidor reconhece que sua autoridade deriva da racionalidade legal que organiza o Estado moderno, a qual impõe a objetividade como diretriz da conduta administrativa.

Sob essa ótica de profissionalização e institucionalização do poder, a atuação do servidor como agente estatal:

- (A) Subordina-se à lealdade política ao governante, assegurando que o sucesso da gestão prevaleça sobre a forma legal.
- (B) Permite a aplicação de critérios subjetivos de justiça para flexibilizar normas que prejudiquem grupos vulneráveis.
- (C) Vincula-se à união entre os interesses privados do gestor e os objetivos do Estado para gerar eficiência social.
- (D) Exige a separação entre o cargo e a pessoa, operando como uma ferramenta neutra para assegurar a impessoalidade.

**Questão 48.** Uma Fundação Pública constatou que a empresa responsável pela segurança de seus bancos de dados negligenciou protocolos técnicos essenciais. Para resguardar o interesse coletivo, a Administração aplicou uma multa direta, conforme previsto nas cláusulas do contrato. Contudo, a contratada alegou que a punição só poderia ser efetivada mediante ordem judicial, invocando a liberdade contratual. Levando em consideração as prerrogativas decorrentes da desigualdade jurídica entre as partes, afirma-se CORRETAMENTE que o exercício desse poder sancionatório:

- (A) Fundamenta-se na autoexecutoriedade, permitindo que o Estado aplique sanções sem a prévia chancela do Judiciário.
- (B) Exige a autorização de um juiz, pois o contrato administrativo submete o Poder Público às normas do direito privado.
- (C) Depende de um acordo mútuo, visto que a autonomia da vontade impede o Estado de impor penalidades de forma isolada.
- (D) Restringe-se ao campo ético, sendo vedada à Administração Pública aplicar prejuízos financeiros em contratos civis.

**Questão 49.** Nas democracias contemporâneas, a legitimidade de uma Fundação Pública não se esgota no cumprimento estrito da legalidade, vinculando-se, sobretudo, à sua capacidade de ser responsiva e aberta ao escrutínio social. Essa exigência institucional manifesta-se, por exemplo, quando o órgão é instado a detalhar seus métodos de coleta e a incluir a sociedade civil na definição de novos temas de investigação. Visto que tal abertura reflete a transformação do papel do Estado em direção a uma postura de diálogo e prestação de contas, o dever de assegurar os direitos do cidadão pressupõe que essa Fundação Pública:

- (A) Priorize o isolamento técnico para evitar que pressões externas interfiram na neutralidade dos dados obtidos.
- (B) Incentive a participação social para que a vontade da maioria legitime a dispensa de ritos e formalidades legais.
- (C) Promova a transparência e a participação, garantindo ao indivíduo os meios para o efetivo controle da gestão.
- (D) Limite a publicidade dos processos para salvaguardar a estratégia governamental e a segurança institucional.

**Questão 50.** As limitações fiscais e a complexidade crescente das demandas levaram um gerente operacional, durante a coordenação de um projeto de mapeamento social em uma Fundação Pública, a identificar a necessidade de uma articulação constante com entidades parceiras. Ele notou que a execução isolada de rotinas internas é insuficiente para responder às crises atuais, demandando uma postura voltada à inovação e aos resultados. Nesse contexto, diante da necessidade de o Estado brasileiro se adaptar ao modelo de gestão por redes, o papel desse gestor frente aos novos desafios administrativos:

- (A) Fundamenta-se na centralização das decisões técnicas, visando blindar a Fundação contra a interferência de agentes externos.
- (B) Restringe-se ao cumprimento estrito de ritos formais, garantindo que a conformidade legal prevaleça sobre a eficácia social.
- (C) Exige a substituição total do controle estatal pela autonomia privada, transferindo a responsabilidade política aos parceiros.
- (D) Atua como um elo integrador que traduz diretrizes estratégicas em ações táticas, assegurando a entrega de valor à sociedade.

TEXTO I

A política de dados abertos busca ampliar a transparência pública, fortalecer o controle social e incentivar a inovação por meio da disponibilização de informações governamentais em formatos acessíveis e reutilizáveis. Nesse contexto, plataformas de dados abertos permitem que cidadãos, pesquisadores e instituições utilizem informações públicas para acompanhar ações governamentais, desenvolver estudos e propor soluções para problemas sociais. Nessa perspectiva, a abertura de dados favorece a participação cidadã, facilita o intercâmbio de informações entre órgãos públicos e contribui para o desenvolvimento tecnológico e científico. Além disso, a disponibilização de bases de dados em formatos padronizados possibilita maior eficiência administrativa e aprimora a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. De acordo com a legislação brasileira, os dados públicos devem observar princípios como transparência, interoperabilidade e livre utilização pela sociedade, respeitando-se os limites impostos pela proteção de dados pessoais e pelo sigilo legal.

*(Adaptado de: BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Dados abertos**. Governo Digital, Brasília, DF, 2026).*

TEXTO II

A Constituição Federal de 1988 foi um marco legislativo na redemocratização do Brasil e, com ela, foram consagrados o princípio da publicidade e a possibilidade de controle, pela sociedade, dos atos administrativos. A transparência dos atos governamentais tem como premissa a publicidade de dados públicos e é tida como um dos princípios do governo aberto, considerado mais inovador e colaborativo, porém não é suficiente a mera disponibilização de dados, é imprescindível que eles sejam didáticos, verídicos e descomplicados. Ela é também primordial para a *accountability*, cujo termo é comumente utilizado na Administração Pública para denotar controle, prestação de contas e responsabilidade que a população confere ao administrador público de gerir recursos.

O controle social, por sua vez, é entendido como um instrumento de supervisão com o qual a sociedade exerce papel essencial na Administração Pública, e seu exercício cobra a boa e eficiente utilização de recursos públicos, prevenindo atos de corrupção, contribuindo para a melhoria da governança pública com o aperfeiçoamento das políticas públicas, otimização da atuação política e fortalecimento da democracia.

Nesse contexto, transparência, *accountability* e controle social estão interligados, considerando que, para haver possibilidade de fiscalização, é necessário que os dados públicos estejam acessíveis e compreensíveis. O controle social tem como premissas a participação cidadã e a inserção da população, não só na fiscalização, mas também na tomada de decisões que embasam as políticas públicas.

*(Adaptado de: MANSUR, J. H.; MATTOS, C. A. C. de. **Transparência pública e a influência no controle social: uma pesquisa com agentes públicos**. Revista da AGU, Brasília-DF, v. 24, n. 1, 2025.*

TEXTO III

A Fundação João Pinheiro disponibiliza plataformas digitais voltadas à divulgação de indicadores socioeconômicos e dados públicos do estado de Minas Gerais. Segundo a instituição, o acesso aberto a informações governamentais contribui para ampliar a transparência, fortalecer o planejamento estatal e subsidiar pesquisas e análises sobre desenvolvimento regional. A plataforma FJP Dados oferece consultas em formatos de gráficos, tabelas e mapas, permitindo que gestores públicos, pesquisadores e cidadãos tenham acesso simplificado a informações sobre municípios mineiros, políticas públicas e indicadores sociais.

*(Adaptado de: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **FJP Dados**. Belo Horizonte: FJP, 2026).*

---

Considerando que os textos acima possuem caráter motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**Democratização da informação e transparência pública: o papel das plataformas de dados abertos no fortalecimento do controle social**

O texto deverá ter, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 40 (quarenta) linhas, em linguagem padrão, em que você expresse sua posição e seus argumentos em defesa de seus pontos de vista.

TÍTULO

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40